vamente para uma vivência de inserção de todos na sociedade.

Estabelecer espaços escolares inclusivos, apropriar os espaços físicos para atender a demandas de acesso é criar perspectivas de acolhimento aos alunos com necessidades especiais. Não somente repaginar o espaço físico, mas compreender que é preciso ter competência e formação constante do professor para que este possa entender que a educação de pessoas com necessidades especiais não seja vinculada ao assistencialismo mas busca a aprendizagem de sucesso com planos e metas, projetos políticos pedagógicos elaborados para o aluno obter desenvolvimento.

**REFERÊNCIAS**


AMARAL, Lígia Assumpção. Pensar a diferença/deficiência. Brasília: CORDE,1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Senado,1988.

. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

. Ministério da Educação. Lei das diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.São Paulo; Saraiva, 1996.

. Projeto de Decreto Legislativo – Convenção da organização dos Estados Americanios - Mensagem nº 1545 de 1999.

CORRÊA, Maria Ângela Monteiro. Educação especial v.1/Maria Ângelo Monteiro Correa - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ,2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 9 ed., Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1981.

GLAT, Rosana. Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

KRYNSKI, S. Novos rumos da deficiência mental. São Paulo: Savier, 1983.

OMOTE, S. Inclusão: Perspectivas em pesquisa. In: MARQUEZINE, M.C; ALMEIDA, M.A.; OMOTE, S. Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: Eduel, 2003.

SILVA, Shirley; VIZIM, Marly (Orgs.). Educação especial: Múltiplas leituras e diferentes significados. Campinas: Mercado de letras: ALB, 2001.

SANTOS, Maria da Glória Schaper dos. Educação Especial v.2 2º Ed./Maria da Glória Schaper dos Santos - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ,2005.

SILVA, Divino, MARIA, Renata. Valores, preconceito e práticas educativas. Casa do Psicólogo, 2005.


# A INCLUSÃO ESCOLAR PÚBLICA:

# O PARADIGMA ENTRE A REALIDADE E A UTOPIA


JEANNE QUEIROZ DE MOURA



**RESUMO**

O artigo tem como título: “A inclusão escolar pública: o paradigma entre a realidade e a utopia”, que surgiu da necessidade de se refletir como está realmente sendo o processo de inclusão escolar dos estudantes com deficiência, principalmente na cidade de São Paulo, haja vista que muito já se escreveu, mas o que se apresenta, depara-se a vários paradigmas, sendo um deles que na teoria, ocorre à pedagogia perfeita (utopia) e na prática algo não tanto eficaz (realidade). Ele traz como objetivo promover a reflexão sobre o processo inclusivo das crianças e adoles-

centes com deficiência na rede pública de ensino, apresentando a identificação do paradigma entre a realidade e utopia pedagógicas; um breve histórico da inclusão escolar no mundo, no Brasil, e no município de São Paulo; a adequação ou adaptação curricular para atender a criança e o adolescente com deficiência; e, a práxis pedagógica inclusiva, inquirindo sobre que tipo de ensino está sendo ofertado a esse grupo? Como está se efetivando a inclusão pedagógica? O que tem sido feito com estas crianças e adolescentes com deficiência? Como o corpo docente trabalha com esses estudantes? E, é possível uma prática pedagógica de qualidade inclusiva com esta clientela especial, sem promover uma utopia pedagógica? Utilizando uma metodologia de pesquisa bibliográfica, que colhe os materiais necessários para dar embasamento a este trabalho, a promover o conhecimento sobre a inclusão escolar contemporânea paulistana; e por fim tendo como consideração final, reflexões que conduzem a responder os paradigmas apresentados e o diagnóstico desse processo inclusivo, que se apresenta como utópico e pouco real.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Paradigma; Realidade; Utopia.

## ABSTRACT

The article has as its title: “Public school inclusion: the paradigm between reality and utopia”, which arose from the need to reflect on how the process of school inclusion of students with disabilities is really being, especially in the city of São Paulo, given that much has already been written, but what is presented, is due to several paradigms, one of which is one that in theory , perfect pedagogy (utopia) occurs and in practice something not so much effective (reality). It aims to promote reflection on the inclusive process of children and adolescents with disabilities in the public school system, presenting the identification of the paradigm between pedagogical reality and utopia; a brief history of school inclusion in the world, in Brazil, and in the city of São Paulo; the adequacy or curricular adaptation to assist children and adolescents with disabilities; and, inclusive pedagogical praxis, inquiring about what kind of teaching is being offered to this group? How is pedagogical inclusion taking place? What has been done with these disabled children and adolescents? How do faculty work with these students? And, is it possible a pedagogical practice of inclusive quality with this special clientele, without promoting a pedagogical utopia? Using a bibliographic research methodology, which collects the necessary materials to support this work, to promote knowledge about contemporary school inclusion in São Paulo; and finally having as final consideration, reflections that lead to respond to the paradigms presented and the diagnosis of this inclusive process, which presents itself as utopian and not real.

KEYWORDS: Inclusion; Paradigm; Reality; Utopia.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como tema “A inclusão escolar pública: o paradigma entre a realidade e a utopia”, que busca compreender o processo da inclusão escolar em sua historicidade, identidade e praticidade pedagógica nas crianças e adolescentes com deficiência da rede pública de ensino, em especificidade a paulistana.

A inclusão escolar é um grande desafio para toda a sociedade. Sabemos que muito tem se falado sobre essa questão nas crianças e adolescentes com deficiências, porém com o decorrer do tempo a visão desse tema na sociedade vem se modificando,

pois há de se levar em contra as mudanças sociais ocorridas como: cultura, história, política, dentre outras.

Quando no início se falava em inclusão escolar, pensava-se em apenas permitir o acesso à escola das crianças e adolescentes com deficiências, ou seja, de fato a visão da inclusão era somente o aspecto social, em permitir que esse grupamento tivesse acesso ao ambiente educacional.

Podemos dizer que de fato esse paradigma já está superado, pois a questão da acessibilidade a todas as crianças e adolescentes com deficiência ao ambiente escolar já está praticamente consolidado, isto é, está ocorrendo a realidade pedagógica.

Porém surge outro paradigma. Que tipo de ensino está sendo ofertado a esse grupo? Como está se efetivando a inclusão pedagógica? O que tem sido feito com estas crianças e adolescentes com deficiência? Como o corpo docente trabalha com esses estudantes? E, é possível uma prática pedagógica de qualidade inclusiva com esta clientela especial, sem promover uma utopia pedagógica?

Tendo isto como premissa, os objetivos significativos deste artigo é refletir sobre o que é a inclusão escolar para crianças e adolescentes com deficiência na rede pública de ensino procurando compreender se é uma realidade ou uma utopia tal ação pedagógica e analisar se dentro da unidade educacional ocorre o processo de ensino e aprendizagem, pois sabemos que a escola é para todos, mas para isso tem de ser respeitar as diferenças e trabalhar com elas de modo a garantir uma prática pedagógica de qualidade.

Saviani (1996) nos auxilia nesse sentido, quando propõe significativos objetivos para a educação brasileira dizendo que:

A reflexão sobre os problemas educacionais nos leva à questão dos valores e objetivos da educação. Partindo de uma compreensão do homem no contexto situação-liberdade-consciência, referindo-o à realidade existencial concreta do homem brasileiro, pode-se enunciar esquematicamente objetivos gerais para a educação brasileira: educação para a subsistência, para a libertação, para a comunicação e para a transformação. Esta é a forma através da qual traduzimos, em termos de Brasil, o significado da educação como promoção do homem. (SAVIANI, 1996, p.48)

Assim, este trabalho procura promover uma reflexão para compreendermos o processo da inclusão escolar das crianças e adolescentes com deficiência, em suas práticas reais ou utópicas.

## DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento deste artigo deu-se mediante emprego de pesquisa bibliográfica, cuja ação agregou conteúdos relativos ao tema que foram analisados e comparados por meio de diferentes autores; e, sua fundamentação teve como importância analisar literaturas correspondentes ao tema, porém foi interessante se valer de publicações menos contemporâneas para uma comparação enriquecedora do trabalho, assim foi possível apresentar um desenvolvimento coeso e que alcance o objetivo no qual se define a realização e concretização deste artigo.

Dessa forma, Matos e Vieira (2001) caracterizam a importância da pesquisa bibliográfica a partir do levantamento de referências já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de WEB.

Assim, na elaboração deste trabalho apresentamos a identificação do paradigma

entre a realidade e utopia pedagógicas; um breve histórico da inclusão escolar no mundo, no Brasil, por ser o nosso país, e no município de São Paulo, a qual é uma cidade global que agrega a diversidade mundial e nacional; a adequação ou adaptação curricular para atender a criança e o adolescente com deficiência; e, a práxis pedagógica inclusiva, em prol de reforçar a reflexão sobre se a inclusão escolar para crianças e adolescentes com deficiência na rede pública de educação é uma realidade ou uma utopia pedagógica criada e que nunca será atingida.

Paradigma entre a Realidade e a Utopia Pedagógicas

Paradigma é uma palavra, que segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, significa padrão, exemplo a ser seguido. Realidade, seguindo o significado do mesmo dicionário é o que é real, verdadeiro. Já, a palavra Utopia, significa situação idealizada, perfeita.

Isso apresentado tem-se a realidade pedagógica como aquela que realmente ocorre na prática, ou seja, todo o planejamento anteriormente estudado, discutido e trabalhado pela comunidade escolar é colocado em ação, proporcionando ou não os resultados esperados. Basicamente é a aplicação integral do Projeto Político- Pedagógico do Estabelecimento de Ensino (PPP) em sua Unidade Escolar, o qual está preenchido por competências e habilidades essenciais a proporcionar a visualidade que é obtida por todos os atores educacionais.

Segundo Malavasi apud Lopes (2010):

“Por meio dele, o gestor reconhece e concretiza a participação de todos na definição de metas e na implementação de ações. Além disso, a equipe assume a responsabilidade de cumprir os combinados e estar aberta a cobranças”, aponta Maria Márcia Sigrist Malavasi, coordenadora do curso de Pedagogia e pesquisadora do Laboratório de Observação e Estudos Descritivos da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas (Loed/Unicamp).

A utopia pedagógica dá-se pela figuração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) educacional elaborado pela e, às vezes, pela comunidade escolar, de maneira tão perfeita, que pouco ou nada é utilizado em sua prática em benefício da educação de qualidade que é ofertada pelo estabelecimento de ensino, ou seja, por ser tão perfeita torna-se surreal ou impraticável.

Vários gestores educacionais veem o PPP como uma mera formalidade a ser cumprida por exigência legal - no caso, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996. Essa é uma das razões pelas quais ainda há quem prepare o documento às pressas, sem fazer as pesquisas essenciais para retratar as reais necessidades da escola, ou simplesmente copie um modelo pronto.

Segundo Lopes (2010), os equívocos rotineiros são:

- Comprar modelos prontos ou encomendar o PPP a consultores externos. “Se a própria comunidade escolar não participa da preparação do documento, não cria a ideia de pertencimento”, diz Paulo Padilha, do Instituto Paulo Freire.

- Com o passar dos anos, revisitar o arquivo somente para enviá-lo à Secretaria de Educação sem analisar com profundidade as mudanças pelas quais a escola passou e as novas necessidades dos alunos.

- Deixar o PPP guardado em gavetas e em arquivos de computador. Ele deve ser acessível a todos.

- Ignorar os conflitos de ideias que surgem durante os debates. Eles devem

ser considerados, e as decisões, votadas democraticamente.

- Confundir o PPP com relatórios de projetos institucionais - portfólios devem constar no documento, mas são apenas uma parte dele.4

Com tais ações e omissões, a pedagogia aplicada na Unidade Escolar torna- se utópica, ou seja, cria-se ou imagina-se um ambiente, uma situação, um trabalho ideal, mas a realidade pedagógica se contradiz por si só.

Assim, faz-se necessário à busca de uma nova reflexão no processo pedagógico educativo, onde toda a comunidade escolar passe a vivenciar o Projeto Político-Pedagógico de forma a beneficiar suas ações podendo buscar novas formas didáticas e metodológicas de promoção do processo ensino-aprendizagem com seu estudante com deficiência, na real inclusão escolar, sem com isso ser colocado como mero expectador dos avanços estruturais de nossa sociedade (utopia), mas um instrumento de enfoque motivador desse processo (realidade); e para tal, há necessidade de se conhecer a história da inclusão escolar no mundo, em nosso país e em nosso município.

Breve Histórico da Inclusão Escolar no Mundo

Para compreender a inclusão escolar no mundo é necessário que tenhamos consciência de alguns processos que estão atrelados ao termo, como a questão das deficiências que só podem ser entendidas dentro do contexto econômico, social e político da época que nos remete desde a pré-história até os dias atuais.

De acordo com Silva (1987, p. 21) na história do mundo sempre existiu pessoas com algum tipo de deficiência:

> ... anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto à própria humanidade.

Pouco sabe da história dos deficientes na época primitiva, pois os registros encontrados são raros, mas nos é difícil imaginar qual seria lhes o destino se lembrarmos do contexto histórico da época.

Os seres humanos primitivos viviam de forma rudimentar, não possuíam residência fixa, viviam de caça, ou seja, os deficientes que por ventura existiram nesse período eram autoeliminados pelo contexto social da época, pois uma vez que não detinha a destreza da caça, a forma física necessária à mesma, não sobrevivendo muito tempo 5.

Na idade antiga, já alguns registros de pessoas com deficiências que sobreviveram ao longo dos tempos, devido a algumas formas de tratamento que recebiam pelas civilizações que já dominavam algumas técnicas que perpetuam até os dias atuais como sangrias, cirurgias no crânio, faces e até na coluna vertebral.

Para os povos da antiguidade qualquer tipo de deficiência era por conta dos maus espíritos e só podiam ser eliminados se fossem pelos deuses da época.

De acordo com Silva (1987, p. 34):

> Segundo os médicos do Antigo Egito, as doenças graves e as deficiências físicas ou os problemas mentais graves eram provocados por maus espíritos, por demônios ou por pecados de vidas anteriores que deviam ser pagos. Dessa maneira não podiam ser debelados a não ser pela intervenção dos deuses, ou pelo poder divino que era passado aos médicos-sacerdotes que, às vezes, tinham meios para chegar a esse desidera-

to. Em sua terapêutica usavam as preces, os exorcismos, os encantamentos, somados a poções, pomadas, elementos ou também a eventuais cirurgias.

As pessoas com deficiência no Antigo Egito muitas vezes eram aceitas nas "diferentes e hierarquizadas classes sociais (faraó, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos)". Mesmo com "nanismo" não eram impedidas devido ao seu aspecto "físico" às suas funções e trabalhos, "principalmente de dançarinos e músicos".5

A Idade Média foi marcada pela extrema ignorância da população para com os deficientes. As deficiências eram vistas como castigo de Deus. Os supersticiosos enxergavam os deficientes como portadores de bruxaria e feitiçaria e os que sobreviviam eram separados de seus familiares e expostos a situações ridículas no convívio com a sociedade.5

No período renascentista a concepção dos deficientes passa a mudar, os quais passam a serem vistos de maneira mais humana e serem "libertados" dos dogmas da Idade Média e a ciência evolui; posto isto, passam a ter uma atenção mais condizente com sua condição peculiar.5

No século XIX, surge o braile, que foi criado a partir de um código usado para enviar mensagens em batalhas, que foi um importantíssimo avanço na comunicação das pessoas cegas, pois lhe eram oportunizado o acesso à leitura, a toda cultura escrita. Neste mesmo século também se começou a pensar em atendimentos especializados a cada tipo de deficiência.

De acordo com Gugel (2007), o século XX teve significativos avanços para os portadores de deficiência em relação a ajudas técnicas e elementos tecnológicos assistivos como cadeira de rodas, bengalas, sistemas de ensino para surdos e cegos que se aperfeiçoaram.

Nos dias atuais percebemos que as pessoas, principalmente crianças e adolescentes com deficiências conseguiram o direito ao reconhecimento de suas especificidades; o direito de serem cidadãos de fato e direito e inseridos em uma unidade escolar, porém ainda há muito a se fazer, muito se evoluiu, desde os primórdios dos tempos, mas ainda continuamos com uma visão puramente assistencialista e isto precisa ser superado.

Breve Histórico da Inclusão Escolar no Brasil

Os primeiros registros que tratam a respeito de uma educação inclusiva em nosso país nos remetem à época em que a educação no Brasil era de responsabilidade dos jesuítas, os quais seguiam a premissa de Manuel de Andrade Figueiredo, um calígrafo e também professor que relatava que um bom mestre seria aquele que proporcionava às crianças o conteúdo de acordo com a situação em que a mesma se encontrava.

Segundo Massimi apud Figueira (2008, p. 35):

Dever-se-ia representar a situação da criança, estimulando-a não pelas punições, mas ministrando os conteúdos da lição segundo a capacidade dos talentos, sendo o sistema nervoso estimulado pelo exercício, que segundo recomendações de Figueiredo, essas crianças iriam aperfeiçoando o seu intelecto podendo alcançar mais clareza de engenho.

Entre a época do Brasil colônia até meados do século XVIII, houve uma grande lacuna no que diz respeito à educação dos deficientes, houve alguns esforços, porém isolados no que tange à questão; e, somente

no século XIX que surgiram as primeiras escolas para deficientes.

Januzzi (2004, p. 11) relata que [...] é criado no município da Corte o Imperial Instituto de Meninos Cegos, pelo decreto nº 1428 de 12 de setembro de 1854, e alguns anos depois o Instituto dos Meninos Surdos Mudos (ISM) ambos sob a manutenção e administração do poder central.

Tais institutos foram criados na cidade do Rio de Janeiro e até hoje existem, mas, com nomes diferentes o Instituto de Meninos Cegos chama-se Instituto Benjamim Constant e o Instituto dos Meninos Surdos Mudos chama-se Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Tal ação de criação de escolas para crianças com deficiências visuais e auditivas apesar de bem vindas foram precárias, pois a população de crianças cegas e surdas era muito superior às vagas oferecidas por estas instituições.

Em relação às crianças com problemas mentais, estas foram postas no mais absoluto silêncio, por séculos e apenas devido à questão financeira passasse a criar escolar para estas crianças, visando à economia dos cofres públicos como sanatórios, penitenciárias e hospitais.

A inclusão da educação especial destinada às pessoas com deficiência só passou a constar em nossa legislação a partir do século XX, por volta dos anos 1950 até este período havia pouquíssimos estabelecimentos de ensino regular que prestavam algum tipo de atendimento aos estudantes com deficiência mantida pelo poder público, com o termo inclusão.

Apesar de já termos avançado muito no aspecto da inclusão escolar, ainda há muito a se fazer, pois temos poucos professores preparados para trabalhar com a questão das deficiências, embora possuam grande força de vontade e acabem desenvolvendo um trabalho muito, mais direcionado ao aspecto da inclusão social e pouco do aspecto da inclusão educacional.

Breve Histórico da Inclusão Escolar na Rede Pública Paulistana

A Prefeitura da Cidade de São Paulo, por meio de sua Secretaria Municipal de Educação – SME/SP é uma das pioneiras no oferecimento de Educação Especial inclusiva aos seus estudantes; e, após a promulgação de várias leis e decretos, a instalação de Salas de Recursos Multifuncionais – SRMs nas escolas, a formação de professores capacitados para atuarem nas salas comuns e nas atividades de Atendimento Educacional Especializado – AEE, entre outros.

Iniciando-se com um marco importante para a Educação Especial no município de São Paulo foi à promulgação do Decreto nº 33.891/1993, que instituiu a Política de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais na Rede Municipal de Ensino6.

Em 2004, foi publicado o Decreto nº 45.415, que estabeleceu Diretrizes para a Política de Atendimento a Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos com Necessidades Especiais na Rede Municipal de Ensino, agregando situações relativas à sistemática de matrícula; condições para o atendimento da demanda da rede; avaliação pedagógica; definição do público alvo a ser atendido pelos serviços de apoio especializado; organização dos serviços de apoio especializado e acessibilidade.6

Com base nas referências nacionais que sustentam cada vez mais o ideário de uma educação inclusiva e dando continuidade a uma trajetória de ações nesta direção de atendimento ao princípio da diversidade, preconizado internacionalmente, em 2009,

a SME/SP, por meio da Portaria nº 2.755, instituiu uma equipe intersetorial, com representantes dos diferentes setores da administração pública, designada como Comissão Especial de Trabalho, para realizar uma avaliação das ações que vinham sendo implantadas ao longo dos anos e, como consequência, elaborar um plano de ação, para atender as necessidades educacionais especiais dos estudantes da rede municipal de ensino.6

Todas estas proposições foram consideradas no Programa Inclui, publicado no Decreto Municipal nº 51.778/2010 que institui a Política de Atendimento de Educação Especial, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação. Esse programa era integrado por diversos projetos cuja finalidade era de construir uma rede de apoio ao aluno, à escola e à família, por meio de suportes e serviços especializados que viabilizem o acompanhamento da trajetória escolar e do processo de aprendizagem do estudante com deficiência.6

Desde o final de 2016, com a entrada em vigor do Decreto nº 57.379, que institui a Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Programa Inclui deixou de existir, no entanto, essa nova política, em vigor até hoje, é baseada nesse programa e mantém muitas das propostas previstas nele, como o Projeto Rede; o uso do Sistema on-line (EOL) para qualificar os dados de estudantes com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação; o oferecimento de formação continuada aos Professores, inclusive em nível de especialização/ pós-graduação para o trabalho nas classes comuns e com as atividades próprias do Atendimento Educacional Especializado; e a ampliação de ações de suporte pedagógico especializado para o público-alvo da educação especial.6

Mas, nada se pode realizar se não houver uma adaptação ou adequação curricular às crianças e adolescentes com deficiência, pois o currículo da cidade que se apresenta, vem formatado para os nãos deficientes, necessitando que o corpo docente (professor juntamente com a coordenação pedagógica) criem estratégias e leituras necessárias para a sua reestrutura necessária com o objetivo inclusivo e instrutivo desse agrupamento.

Adaptação ou adequação curricular

Podemos entender a adaptação ou adequação curricular como o termo que se refere especificamente aos estudantes com deficiência, ou seja, são lhes de direito que a Unidade Escolar proporcione um currículo adaptado levando em consideração suas deficiências específicas.

De acordo com o documento do MEC, Saberes e Práticas da Inclusão (2003,p. 34):

As adequações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente as dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado as peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos.

De acordo com o MEC/SEE (2000, p. 8), adaptações curriculares, podem ser definidas como “respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e, dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais”.

As adequações ou adaptações curriculares podem ser compreendidas como ações em que toda a Unidade Escolar deve participar, pois podem ser de diferentes ordens como: estrutural, organizacional e pedagógi-

ca, importando a lembrança que deve visar à integração dos estudantes com deficiência, por meio de outras estratégias, ações específicas que contemplem o aprendizado dos referidos educandos em um processo real de práxis pedagógica inclusiva.

## Práxis Pedagógica Inclusiva

A práxis pedagógica inclusiva é a prática real e não imaginária do real, ou seja, a dialética teoria-prática no processo de inclusão da criança e do adolescente com deficiência na rede regular de ensino.

Pensando a potência da dialética teoria-prática, concordamos com Vazquez (1977, p.206) ao dizer, que

[...] a teoria em si não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isto tem que sair de si mesma. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização de meios materiais e planos concretos de ação: tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais e efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente [...].

Assim, para identificarmos realmente a situação da criança e do adolescente com deficiência em nosso país na práxis pedagógica inclusiva, seria necessário que soubéssemos o número exato deles. Pois, a partir da comparação entre o número de habitantes brasileiros deficientes e o número de matrículas dos mesmos nas unidades regulares de ensino, poderíamos analisar se estes educandos estariam sendo atendidos e recebendo uma educação de qualidade. Entretanto, nem mesmo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sabe ao certo este número. Desta forma se torna difícil saber como é a situação dos educandos deficientes, já que nem mesmo sabemos de quantos estamos falando.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 10% da população de qualquer país são deficientes ou portam alguma deficiência. Se este percentual for aplicado ao Brasil, com uma população atual em torno dos 211 milhões de habitantes, teremos cerca de 21 milhões de pessoas deficientes. Ao analisarmos a população da cidade de São Paulo, identificamos a totalidade de 12 milhões, sendo uma porcentagem de mais de hum milhão de deficientes.

De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Básica/Censo Escolar de 2019, do MEC/INEP, haviam 1.250.967 estudantes matriculados em estabelecimentos escolares. Ora, se, segundo a estimativa da OMS, o Brasil realmente tiver de fato 21 milhões de deficientes, estes pouco mais de 1.250 milhão que se encontram matriculados é apenas uma ínfima parte desta população.

A Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Na meta 4 deste Plano é destinado à Inclusão. Este documento tece um diagnóstico e traça as diretrizes, objetivos e metas para os próximos 10 anos.

Conforme, o Plano Nacional de Educação, a oferta de educação inclusiva é Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.10

Em contrapartida a este número de

estudantes com deficiência matriculados em escolas regulares, que vem aumentando, o número de matrículas em Escolas Especiais vem caindo.

Infelizmente, este número de matrículas continua irrelevante se o compararmos com a estimativa da OMS. E, pouco se tem feito para que este número cresça. O PNE estipulou 20 objetivos e metas para que a inclusão pudesse ocorrer. Entretanto, como estamos no ano de 2020, isto quer dizer que o PNE completou seis anos. E se analisarmos as diretrizes, objetivos e metas estipuladas para serem concretizados ao longo destes 10 anos, na sua maioria, eles não foram; não estão sendo e provavelmente não serão totalmente cumpridos.

Assim, a práxis pedagógica inclusiva ainda é teórica ou utópica, ou seja, perfeita, mas longe de ser realizável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, em seu capítulo introdutório posicionou algumas questões envolvendo o paradigma da realidade e da utopia no processo de inclusão da criança e do adolescente com deficiência na rede pública de ensino, frisando: que tipo de ensino está sendo ofertado a esse grupo? Como está se efetivando a inclusão pedagógica? O que tem sido feito com estas crianças e adolescentes com deficiência? Como o corpo docente trabalha com esses estudantes? E, se, é possível uma prática pedagógica de qualidade inclusiva com esta clientela especial?

Diante do apresentado no percurso deste trabalho, consideramos que falar de inclusão, em nossa sociedade, como já digitamos, é um desafio, promovendo uma utopia do que uma realidade. Porque, simplesmente, esta dita sociedade possui barreiras para separar as escolas regulares dos alunos com necessidades especiais. A primeira, e mais difícil, é o preconceito. A segunda é a estrutura física, administrativa e pedagógica que embora não seja tão difícil de ser superado, mesmo que o poder público não tenha disponibilizado verbas suficientes para que estas dificuldades sejam trabalhadas e superadas. Outra barreira é a falta de conhecimento a respeito dos direitos dos deficientes por parte dos seus familiares. Como lutar por direitos se não se sabe nem mesmo que eles existem.

A criação de leis, programas, decretos e diretrizes de inclusão, tanto na esfera mundial, nacional, estadual e municipal, não promove a realidade inclusiva, mas uma ideia, que pode permanecer na teoria ou na imaginação, pois o que se lê em sala de aula se distancia da realidade dessas determinações, devido simplesmente à ausência de uma realidade inclusiva real, ou seja, o que se lê no papel não se realiza no chão da escola.

Denotamos que a inclusão escolar na teoria está adequada a sua aplicabilidade, mas na prática o que se vê é uma utopia, um sonho de perfeição, que não ocorre, devido às lacunas mencionadas e a ausência de aplicabilidade da teoria em suma.

Logo, as nossas unidades escolares de ensino regular público, de fato, não estão mesmo preparadas para receber o educando com deficiência. Entretanto, se for esperar que ela se prepare literalmente, esta inclusão demorará ainda mais para ocorrer.

Assim, nossa reflexão compreende que é preciso que as escolas deem o primeiro passo para o processo de inclusão real: que é aceitar que ele se matricule e depois disso, lutar juntos aos órgãos competentes e especializados para obter condições básicas para o atendimento dos mesmos, fugindo da ideia perfeita (utopia) e caminhar pelo duro